

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO**
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE ITENS DECORATIVOS
(VASOS FONTE E VASOS CONVENCIONAIS)
PROJETO COMPOR

Termo de referência para aquisição de Itens Decorativos (Vasos Fonte e Vasos Convencionais) – Projeto COMPOR.

Data
10/04/2026

Versão
1.0

MPRJ
SECLOG**SECRETARIA DE LOGÍSTICA**

GERÊNCIA DE ALMOXARIFADO
Rua Amazonas, nº 107 - São Cristóvão
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20920-370
Telefone: (21) 3878-2353
E-mail: almoxarifado@mprj.mp.br



MPRJ

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SUMÁRIO

1. DO OBJETO E JUSTIFICATIVA	3
2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS MATERIAIS	3
3. DO PRINCÍPIO DA PADRONIZAÇÃO	3
4. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E DAS AMOSTRAS	4
5. DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO	7
6. DA GARANTIA DOS PRODUTOS	8
7. DOS DEVERES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA	8
8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	9
9. DISPOSIÇÕES GERAIS	10
10. EQUIPE DE ELABORAÇÃO	10

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO TOTAL

ANEXO II – ROTEIRO DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS



1. DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de itens decorativos, especificamente **Vasos Fonte e Vasos Convencionais**, conforme especificações técnicas detalhadas no Anexo I, destinados ao atendimento das necessidades institucionais da Subprocuradoria- Geral de Justiça de Direitos Humanos e Proteção à Vítima – Coordenadoria de Autocomposição | COMPOR. A contratação visa à ambientação e humanização dos espaços internos institucionais, por meio da utilização de plantas artificiais de alta qualidade e aspecto realista, capazes de proporcionar conforto visual e sensação de acolhimento aos usuários e servidores, dispensando manutenção contínua e assegurando durabilidade, praticidade e padronização estética dos ambientes. A aquisição será realizada por meio de contratação direta, **por dispensa de licitação**, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o valor total estimado da contratação é inferior ao limite vigente para essa modalidade (R\$ 65.492,11, conforme Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025), observadas as disposições da Portaria SGMP nº 06/2022.
- 1.2. A indicação da marca de referência '**Vaso & Cor**' justifica-se tecnicamente pela necessidade de manutenção da garantia estrutural de 10 anos. Conforme diligência e declaração do fabricante, qualquer adaptação de fonte por terceiros implica na perda da garantia, o que torna a solução de fábrica a única capaz de atender ao interesse público com eficiência e durabilidade

2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS MATERIAIS

- 2.1. As especificações dos materiais que serão adquiridos e suas respectivas quantidades encontram-se descritas no Anexo I do presente Termo de Referência.
- 2.2. Sempre que aplicável, os materiais deverão ser fornecidos em embalagens lacradas e adequadas a sua conservação, contendo a identificação do conteúdo, da quantidade, da data, do lote de fabricação e da validade, bem como demais informações e condições de comercialização e armazenamento exigidas na legislação em vigor e presentes neste Termo.
- 2.3. Não serão aceitos, em hipótese alguma, materiais usados, recondicionados ou fora das exigências.

3. DO PRINCÍPIO DA PADRONIZAÇÃO

- 3.1. Importante acrescentar que, com o advento da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o planejamento das contratações toma novos contornos, conforme o objeto pretendido. Desse modo, algumas exigências alcançaram patamar de verdadeiros princípios, a exemplo do Princípio da Padronização, trazido na alínea a), do inciso V, do art. 40, da referida Lei.



Nesse sentido, cabe destacar que a indicação de marca/modelo se deu no exclusivo intuito de atender à padronização estética demandada pela área técnica, haja vista que os Vasos Fonte são fabricados pela Vaso e Cor em formato de Kit (Vaso + fonte), ou seja, conjunto indissociável de vaso e maquinário de fonte, comercializado também pela Vaso e Cor e por diversos representantes no mercado.

Considerando que os vasos convencionais (sem fonte) devem compor o mesmo espaço geográfico, a aquisição de itens de outros fornecedores, poderiam apresentar padrões estéticos divergentes — resultaria em prejuízo à harmonia arquitetônica promovida pelo órgão técnico (GEPRO-LA). Portanto, aplica-se o entendimento de que a marca eleita é a **única capaz de atender às necessidades específicas do contratante**, nos termos da alínea "b" do inciso I do Art. 41.

Impende destacar os esforços desta Gerência de Almojarifado no sentido de levantamento de estudos para consideração do princípio da padronização na presente contratação, buscando elevar a eficiência das aquisições capitaneadas por esta serventia.

4. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E DAS AMOSTRAS

- 4.1. Na proposta de preço deverá constar:
 - 4.1.1. O prazo de validade (o qual não poderá ser inferior a **noventa dias**);
 - 4.1.2. A discriminação detalhada dos materiais ofertados, incluindo marca e modelo;
 - 4.1.3. A quantidade solicitada;
 - 4.1.4. Os valores unitário e total;
 - 4.1.5. O prazo de entrega;
 - 4.1.6. Dados relacionados à sociedade empresária, como nome fantasia, razão social, CNPJ, nome do representante legal, telefones de contato e e-mail.
- 4.2. Os valores apresentados nos orçamentos e/ou propostas de preço deverão considerar inclusas todas as despesas que possam influir direta ou indiretamente nos custos, tais como tributos, licenças, análises, transportes, pedágios, estadas, multas, mão de obra para carga/descarga dos materiais, dentre outros.
- 4.3. O Órgão Fiscalizador poderá, discricionariamente, solicitar a apresentação de amostras, fichas técnicas e/ou laudos laboratoriais, para fins de avaliação do cumprimento das especificações do Anexo I.
 - 4.3.1. As amostras ou catálogos/fichas técnicas deverão ser apresentados no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do 1º dia útil após o envio da notificação pelo Órgão Fiscalizador.
 - 4.3.2. As amostras, caso solicitadas e ainda que unitárias, deverão vir em suas embalagens originais, quando aplicável, a fim de que haja possibilidade de avaliação quanto às informações exigidas por Lei, de acordo com o item 2.2 deste Termo.



- 4.3.3. As amostras deverão ser entregues na Gerência de Almoxarifado do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, situada na Rua Amazonas, 107A, São Cristóvão - Rio de Janeiro, CEP. 20.920-370, após agendamento com o mínimo de 48hrs de antecedência, pelo telefone (21) 3878-1476 ou pelo e-mail almoxarifado@mprj.mp.br.
- 4.3.4. O ônus de entregar as amostras ou catálogos/fichas técnicas é exclusivo do fornecedor selecionado. Portanto, não serão acolhidas como justificativa para a não entrega ou para a entrega além do prazo estipulado, alegações que transfiram a responsabilidade a terceiros, salvo situação excepcional, devidamente comprovada pelo fornecedor selecionado.
- 4.3.5. Não serão considerados excepcionais para os fins do item anterior, por configurarem risco inerente à atividade, atrasos habituais na entrega pelos Correios ou por empresa transportadora eventualmente acionada pelo fornecedor selecionado para efetuar a entrega.
- 4.3.6. É vedada a dilação de prazo para apresentação de amostras, devendo o fornecedor selecionado atender, sob pena de desclassificação, os prazos e condições fixados neste Termo de Referência e no Instrumento Convocatório.
- 4.4. A critério do Órgão Fiscalizador, o fornecedor selecionado poderá ser dispensado de apresentar amostras, quando o material ofertado for da mesma marca e modelo do produto já utilizado pelo MPRJ.
- 4.5. Caso o Órgão Fiscalizador opte por solicitar ao fornecedor selecionado, que apresente laudo laboratorial, o mesmo deverá ser entregue em até 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do 1º dia útil após o recebimento da notificação enviada pelo Órgão Fiscalizador, garantindo a compatibilidade dos itens ofertados com as especificações presentes no Anexo I deste Termo.
- 4.5.1. O laudo deverá ser emitido por entidade atuante no ramo de metrologia ou pesquisa tecnológica, de reconhecida idoneidade e competência, pertencente a órgão da Administração Pública ou com acreditação do INMETRO, vinculada à Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio (RBLE);
- 4.5.2. A data de finalização dos testes que embasaram o laudo laboratorial deverá estar compreendida dentro do período dos 12 (doze) meses que antecederem a abertura da sessão pública;
- 4.5.3. O laudo deverá atestar expressamente que as análises foram realizadas em itens da mesma fabricante/marca dos ofertados;
- 4.5.4. O documento apresentado deverá ser original, cópia autenticada por cartório competente ou servidor da Administração, ou cópia simples acompanhada do original para cotejo no ato da apresentação, podendo o Órgão Fiscalizador consultar o laboratório para verificação das informações;
- 4.6. O documento poderá ser expedido em nome de pessoa diversa a do fornecedor detentor da melhor proposta, desde que conste a compatibilidade dos itens ofertados com as especificações presentes no Anexo I deste Termo.
- 4.7. O fornecedor selecionado suportará todos os encargos advindos da aplicação do item 4.5.
- 4.8. Para efeito de avaliação dos materiais será avaliado a conformidade com as especificações e características descritas no anexo I deste Termo, a qualidade, o



- acabamento, a funcionalidade, as certificações ambientais e o rendimento. Os fatores serão analisados em conjunto, levando-se em consideração o fim a que se destinam os materiais e, principalmente, o seguinte:
- 4.8.1. **Quanto ao material e sua composição** – Se a matéria é composta por fibra de vidro;
 - 4.8.2. **Quanto à qualidade** - Apresentação do material no que diz respeito à matéria prima utilizada, sem rebarbas, quebras, amassados e/ou qualquer outra falha de fabricação;
 - 4.8.3. **Quanto ao acabamento** – Apresentação do material no que se refere à uniformidade, precisão das dimensões e ausência de falhas visuais, tais como manchas;
 - 4.8.4. **Quanto à funcionalidade** - Será verificada a capacidade do material de atender plenamente ao fim a que se destina, considerando desempenho nas atividades, resistência, leveza e durabilidade.
 - 4.8.5. **Quanto ao rendimento** – Quando aplicável, será a comparação entre o resultado apresentado pela amostra e o exigido nas especificações.
- 4.9. No caso de solicitação de amostras, a análise será realizada de acordo com o roteiro de avaliação, constante do Anexo II deste Termo, que detalha todas as condições de execução do procedimento, bem como os critérios objetivos de avaliação.
- 4.9.1. A data/período de análise de amostras será divulgada a todos os fornecedores participantes, por meio do Portal de Compras Governamentais, com 3 (três) dias úteis de antecedência da data agendada para a realização das análises.
 - 4.9.2. As amostras serão avaliadas nas dependências da Gerência de Almoxarifado do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, situada na Rua Amazonas, 107A, São Cristóvão - Rio de Janeiro, CEP. 20.920-370.
 - 4.9.3. Por meio de mensagem no Portal de Compras Governamentais, será divulgado o local e o horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores participantes, sendo recomendado o envio dos dados do representante da empresa, com no mínimo 2h de antecedência do início das análises, via e-mail almoxarifado@mprj.mp.br, para que a entrada no prédio possa ser autorizada previamente. O resultado de cada avaliação de amostras/catálogo será divulgado por meio do Portal de Compras Governamentais, em hiperlink de encaminhamento ao Portal da Transparência do MPRJ, em período anterior à declaração do vencedor.
- 4.10. As amostras aprovadas pelo Órgão Fiscalizador, com vistas a avaliar se o material entregue confere com o aprovado, **será considerada** como parte integrante do quantitativo contratado.
- 4.11. Caso as amostras não sejam aprovadas, poderá, a juízo do Órgão Fiscalizador, ser concedido o prazo de até **05 (cinco) dias úteis** para a fornecedora selecionada apresentar nova amostra que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 4.12. Em caso de não aprovação das amostras, a fornecedora selecionada deverá retirá-las no prazo de **10 (dez) dias consecutivos**, contados do 1º dia útil posterior ao envio da notificação, prazo após o qual poderá ser dada a destinação que melhor convier a este *Parquet*.



- 4.13. Não serão permitidos ajustes ou modificações nos materiais entregues como amostra, depois de decorrido o prazo para entrega.
- 4.14. A aprovação das amostras será condição de aceitabilidade da proposta do fornecedor selecionado.

5. DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO

- 5.1. O fornecimento dos materiais será em regime único, com a entrega integral de todos os itens constantes no Anexo I deste Termo de Referência.
- 5.2. O prazo máximo para a entrega dos produtos será de **35 (trinta e cinco) dias consecutivos** contados do primeiro dia útil subsequente ao do envio da respectiva Nota de Empenho.
- 5.3. No ato da entrega dos materiais, juntamente com a Nota Fiscal, deverá ser entregue cópia da Nota de Empenho assinada pela contratada.
- 5.4. A respectiva nota fiscal deverá estar devidamente discriminada, em nome do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ nº 28.305.936/0001-40.
- 5.5. O material deverá ser entregue no Almoxarifado Central deste Ministério Público, situado na Rua Amazonas, nº 107A, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ.
- 5.6. O ônus de entregar os materiais é exclusivo da contratada. Portanto, não serão acolhidas como justificativa para a não entrega ou para a entrega além do prazo estipulado, alegações que transfiram a responsabilidade a terceiros, salvo situação excepcional, devidamente comprovada pela contratada.
- 5.7. Não serão considerados excepcionais para os fins do item anterior, por configurarem risco inerente à atividade, atrasos habituais na entrega pelos Correios ou por empresa transportadora eventualmente acionada pela contratada para efetuar a entrega.
- 5.8. O agendamento da entrega e/ou retirada, com no mínimo **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, é requisito para o recebimento e/ou autorização de retirada dos objetos e deverá ser feito por meio dos telefones (21) 3878-1858, 3878-1341 ou do e-mail almoxarifado.op@mprj.mp.br.
- 5.9. Caso não seja observado o agendamento prévio, poderá o Órgão Fiscalizador recusar a entrega e/ou retirada sempre que houver risco ao bom andamento do serviço no Almoxarifado Central.
- 5.10. Os materiais contratados serão recebidos da seguinte forma:
 - 5.10.1. Provisoriamente, no ato da entrega, pelo setor Operacional da Gerência de Almoxarifado, que procederá à conferência do quantitativo dos materiais entregues, em paridade com as informações constantes da respectiva Nota de Empenho e Nota Fiscal, limitando-se o recebimento provisório à verificação quantitativa dos itens fornecidos.
 - 5.10.2. Definitivamente, pelo Órgão Fiscal, após validação do Órgão Técnico responsável pelo projeto, em até **10 (dez) dias úteis**, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, condicionado à prévia verificação da conformidade dos materiais com as especificações técnicas, padrões de qualidade, estabilidade, acabamento e funcionalidade previstos no objeto contratado.
- 5.11. Caso não sejam aprovados, a empresa contratada deverá efetuar a troca de todo material no prazo máximo de **15 (quinze) dias consecutivos**, contados do primeiro dia útil subsequente ao envio da respectiva notificação.
- 5.12. O Ministério Público se reserva o direito de não receber os materiais que não



estiverem em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas neste Termo de Referência.

- 5.13. O Órgão Fiscalizador da contratação poderá efetuar, por amostragem, nova análise dos produtos entregues, submetendo-os às mesmas verificações estipuladas para as amostras, sendo os custos com eventuais análises laboratoriais arcados pela empresa contratada, no seguinte caso:
- 5.13.1. A qualquer tempo e dentro do prazo de garantia, mediante indícios de irregularidades na qualidade ou no desempenho do produto recebido.
- 5.14. Materiais excedentes ao quantitativo ou que não corresponderem às especificações deverão ser retirados no prazo de **10 (dez) dias consecutivos**, contados do primeiro dia útil subsequente ao do envio da respectiva notificação, sob pena de autorização tácita para a destinação que melhor convier ao Ministério Público, sem gerar direito de indenização à contratada.
- 5.15. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal e/ou da nota de empenho assinada pela contratada, ou ainda em outros requisitos como condição para pagamento por parte da contratada, importará na prorrogação automática do prazo para pagamento do material adquirido.
- 5.16. O material deverá ser entregue integralmente, salvo motivo superveniente devidamente justificado e desde que aceito pelo Órgão Fiscalizador.
- 5.17. O prazo para pagamento das notas fiscais será iniciado somente após o recebimento integral dos itens, observando-se o disposto no item 5.10.2.

6. DA GARANTIA DOS PRODUTOS

- 6.1. A contratada ficará obrigada, a partir da data da respectiva efetivação do recebimento definitivo a prestar garantia de **10 (dez) anos** aos produtos entregues, devendo substituir, no todo ou em parte, as suas expensas, no prazo de **15 (quinze) dias consecutivos** contados do primeiro dia útil subsequente ao do envio da respectiva notificação, quaisquer materiais que apresentem defeitos, vícios ou que tenham sofrido danos ou avarias, de qualquer espécie, no transporte ou descarga, de forma que comprometam seu uso regular e adequado.
- 6.2. No caso de substituição dos produtos, as novas unidades terão os mesmos prazos de garantia originalmente concedidos aos substituídos, a contar da data em que ocorrer o recebimento definitivo.

7. DOS DEVERES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 7.1. **Caberá à CONTRATANTE** as seguintes medidas decorrentes desta contratação:
- 7.1.1. Proporcionar as condições indispensáveis à boa execução do contrato, prestando todas as informações e esclarecimentos necessários;
- 7.1.2. Verificar se o material entregue pela contratada está de acordo com as especificações constantes no Anexo I deste Termo;
- 7.1.3. Solicitar por escrito a substituição dos materiais que apresentarem defeito ou não estiverem de acordo com a especificação;
- 7.1.4. Aplicar as sanções administrativas cabíveis, previstas no Termo de Referência;
- 7.1.5. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

**7.2. Caberá à CONTRATADA:**

- 7.2.1. Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 7.2.2. Efetuar a entrega integral do objeto no prazo e no local constante neste Termo de Referência, observando as especificações presentes no Anexo I;
- 7.2.3. Entregar o material acompanhado do respectivo documento fiscal e da Nota de Empenho;
- 7.2.4. Substituir ou reparar, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.2.5. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.2.6. Responder, toda e qualquer notificação enviada pelo Órgão Fiscalizador;
 - 7.2.6.1. Em caso de descumprimento, os prazos constantes na notificação se iniciarão automaticamente a partir do 1º dia útil após o seu envio.
- 7.2.7. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas em razão da presente aquisição;
- 7.2.8. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento;
- 7.2.9. Recuperar áreas ou bens direta ou indiretamente relacionados ao seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações, a prejudicá-las.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da lei civil, a contratada ficará sujeita às seguintes sanções administrativas:
 - 8.1.1. Advertência;
 - 8.1.2. Multa de mora, no percentual de 1% (um por cento) por dia útil de atraso injustificado no adimplemento da obrigação (fornecimento, substituição de material ou cumprimento de garantia), calculada sobre o valor contratual atualizado correspondente à parcela de execução em atraso, até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do presente contrato;
 - 8.1.2.1 A mora da contratada está limitada ao prazo máximo de 10(dez) dias úteis;
 - 8.1.3. Multa pela inexecução total ou parcial do contrato, graduável conforme a gravidade da infração, no percentual máximo de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato ou do empenho;
 - 8.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de **até 03 (três) anos**;
 - 8.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo **prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos**.
 - 8.1.6. Consideram-se passíveis da sanção de advertência as faltas que derem causa à inexecução parcial do contrato.



- 8.2. O impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual poderá ser aplicado à CONTRATADA que incorrer nas condutas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput, do art. 155, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.3. A declaração de inidoneidade poderá ser aplicada à CONTRATADA que incorrer nas condutas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII, do caput, do art. 155, da Lei nº 14.133/2021, bem como nas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput, do referido artigo, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no §4º, do art. 156, da referida Lei, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos;
- 8.4. O impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual poderá ser aplicado à CONTRATADA que apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do Contrato sem motive justificado, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- 8.5. As multas previstas nos subitens 8.1.2 e 8.1.3 podem ser aplicadas isoladamente ou em conjunto com qualquer das demais penalidades, com base no §7º, do art. 156, da Lei nº 14.133/2021.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. A atuação da fiscalização não exime a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade do material fornecido.
- 9.2. Ao Órgão Fiscalizador caberá decidir os casos omissos, relativos às especificações ou quaisquer documentos que se refiram, direta ou indiretamente, à aquisição em questão.

10. EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Setor	Responsável / Cargo
Gerência de Almoxarifado	André Ferreira Lepre Gerente
	Patrícia Marmello Moreira Fiscal de Contrato